

Raymundo Faoro e Florestan Fernandes: dois autores à procura do liberalismo no Brasil.

Sessão de Comunicação

Área Temática 2 – História Econômica e Economia Brasileira

Sub-área 2.1 – História Econômica e Social Brasileira

Fernando C. Michelotti (UFRGS)

Resumo expandido:

Estado, capitalismo e liberalismo são termos que facilmente se mesclam no imaginário político moderno, em decorrência da íntima associação estabelecida entre eles com o eclodir das grandes revoluções burguesas na Europa Ocidental. Mesmo aí, no entanto, não devem ser confundidos, visto que se originam em momentos históricos distintos e não necessariamente dependem um do outro para que possam se concretizar, como evidencia o caso da dinastia de Avis, que instalou, em Portugal, um dos primeiros Estados de capitalismo monárquico. Ainda assim, a doutrina liberal defendida por Locke e Smith constituiu-se em importante justificativa ideológica para garantir o êxito da ordem capitalista no ocidente, permitindo que os interesses da burguesia em ascensão se fizessem presentes nas esferas de representação política como se fossem os do conjunto da sociedade. Acontece que, no Brasil, a classe, tida como componente essencial para a constituição de uma ordem social competitiva e supostamente igualitária, e a burocracia, guardiã da legalidade e da racionalidade na ação do Estado, se enredaram ambas em uma névoa estamental, que funcionou como um entrave à constituição de um autêntico sistema democrático, capaz de envolver os distintos estratos sociais nesta nova ordem. A conjugação de preceitos liberais com o princípio da igualdade social foi, em grande medida, o anseio de uma intelectualidade que, no decorrer do século XX, se debruçou sobre a singularidade brasileira. O intuito era de revelar as razões pelas quais se estabeleceram por aqui uma lógica autoritária na ação estatal e um padrão autocrático-burguês, que logrou preservar antigas elites nas coalizões de poder, dando vazão a um modo particular de inserção do país na ordem capitalista mundial que o manteve na condição de sócio-menor das nações capitalistas avançadas. Uma reflexão desta natureza esteve no centro das preocupações de dois intelectuais que inauguraram um novo estilo de pensamento acerca da dinâmica da sociedade brasileira e de suas configurações político-institucionais, tecendo críticas ao Estado patrimonialista que por aqui aportou com a vinda da corte portuguesa e ao capitalismo dependente. Trata-se de Raymundo Faoro (RF), considerado um dos precursores da sociologia política, autor de “Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro”, e Florestan Fernandes (FF), tido como o precursor da sociologia crítica, autor de “A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica”. A incorporação da dimensão estamental ao processo histórico de constituição do Estado e da burguesia nacionais como um elemento fundamentalmente estrutural e não apenas uma “imperfeição” deste processo foi um aspecto que norteou o trabalho desses autores. Apesar da presença desse traço comum, que os levou a enxergar no liberalismo um potencial transformador das relações Estado-sociedade, existem diferenças no modo como cada um deles concebeu a influência do(s) liberalismo(s) nas origens de um projeto de nação brasileira, o qual passa necessariamente pelo rompimento com a condição de colônia. Enquanto, para RF, o liberalismo monárquico que caracterizou o período imperial teve poucas chances de alterar a ordem estamental estabelecida, o caráter utópico do liberalismo, que se expressa nas polarizações dinâmicas discutidas por FF, conseguiu, ainda que de modo contra-revolucionário, efetivar mudanças políticas consoantes com o horizonte possível de interesses burgueses. Não foi só na convivência dos liberais com a escravidão, como analisou

RF, que residiu o caráter ambíguo do liberalismo no país, mas na ênfase que se deu ao sistema constitucional. Ou seja, que se deu ao Estado e não ao indivíduo. Neste sentido, a adoção de um modelo constitucionalista absolutista-reformista no período imperial contribuiu para sufocar um projeto político de natureza classista. Para RF, este liberalismo, que se irradiou no Brasil pela via da Corte, se manteve como apêndice do Estado, incapaz de penetrar nos interstícios estamentais que bloqueavam a práxis liberal no país. Há implicitamente a ideia de que a efetivação do ideário liberal no país, *per se*, abrigaria a emancipação política e econômica, como se a névoa estamental na qual a classe esteve enredada tivesse bloqueado sua disposição de lutar contra os arbítrios do poder público e as investidas do empresariado estrangeiro, ou seja, como se a ausência de uma ideologia liberal real – sufocada pelo autoritarismo estatal – houvesse impedido a formação de um projeto político para a “burguesia” nacional. FF, por sua vez, não se furtou à tarefa sociológica de investigar o lugar efetivo desta ideia no contexto das relações sociais da época e demonstrou que a emergência da ordem capitalista e da burguesia nacional foi um processo que se viu articulado a partir do interior do próprio Estado. Neste sentido, o autor destacou o potencial do liberalismo como matriz ideológica para a ação senhorial em arenas públicas situadas para além dos limites estabelecidos pela ordem estamental, canalizando politicamente aspirações que de outro modo permaneceriam difusas no interior da sociedade. Ressaltou, contudo, que, em termos econômicos e sociais, prevaleceram a subordinação externa e o impulso conservador, resguardando-se a sociedade do corrosivo “espírito burguês”. O Estado não foi impermeável aos interesses de uma nova classe em ascensão e nem esta prescindiu do aparato estatal para agir politicamente, como evidencia o próprio fenômeno da burocratização da ordem senhorial, que se refere ao uso que os detentores estamentais de privilégios fizeram do seu acesso privativo a posições valorizadas para ocupar cargos gerados pela modernização da ordem legal e pelas diferenciações estruturais em curso na sociedade. O liberalismo serviu de elemento dinamizador no processo de independência do Brasil, na medida em que a sua absorção pela elite nacional esteve na base da construção do Estado e da implantação da ordem capitalista no país. Ainda que FF, diferentemente de RF, atribua papel revolucionário ao liberalismo na passagem da sociedade colonial para a sociedade nacional, a dinâmica de polarizações a que o autor se refere dá conta de ambiguidades na assimilação do ideário liberal pelas elites, como a de tornar o Estado um meio de sustentar a contraditória ordem escravista-mercantil. A questão destacada por FF é a de que a lógica de dominação e reprodução do *senhorato* escravista-mercantil tanto negou quanto exigiu a ação estatal, oposição que só se resolve num projeto muito peculiar de Estado, ao mesmo tempo “mínimo” e “máximo”. Todavia, mesmo para FF, o caráter utópico do liberalismo foi solapado em virtude de influências histórico-sociais que limitaram a profundidade da ruptura com o passado colonial, vindo a se tornar em um instrumento da dominação patrimonialista ao nível político. Ainda assim, o autor chama atenção para o fato de que se tende a subestimar o papel do liberalismo na construção do Estado nacional justamente porque é atribuído a este uma continuidade em relação à herança portuguesa que não dá conta de incorporar a diversidade dos interesses e projetos sociais em disputa entre os estratos dominantes, bem como a sua relação com os setores da burocracia. Parece não existir um padrão único de liberalismo, mas múltiplas e concorrentes ambiguidades e polarizações envolveram a sua assimilação no Brasil, como demonstraram ambos os autores, cujas análises revelam que o tensionamento entre distintas forças sociais foi um fator importante na definição da dinâmica e da projeção histórica que teve o projeto “liberal” de uma nação brasileira.